

Demonstrações Contábeis Regulatórias

**Ribeirão Preto Transmissora de
Energia S.A.**

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 18 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.792	16.258
Concessionárias e permissionárias	8	3.323	3.419
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.163	1.300
Estoques		1.615	1.563
Adiantamento a fornecedor		425	497
Impostos a recuperar		8	761
Outros ativos circulantes		116	213
		17.442	24.011
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		80	64
Imobilizado não vinculado à concessão		602	711
Imobilizado	9	211.372	192.699
Intangível	10	12.133	12.042
		224.187	205.516
		241.629	229.527

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		402	158
Fornecedores - partes relacionadas	23	316	312
Empréstimos - partes relacionadas	11	17.760	15.209
Tributos e contribuições sociais	12	790	798
Taxas regulamentares	13	1.261	1.441
Outros passivos circulantes		1.715	1.550
		22.244	19.468
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	11	95.380	88.891
Outros partes relacionadas	23	-	4
Outras provisões - compensação ambiental		1.878	1.755
Provisão para contingências	14	251	99
Outros passivos não circulantes		2.809	2.626
		100.318	93.375
Patrimônio líquido	15		
Capital social		216.801	203.801
Prejuízo acumulado		(97.734)	(87.117)
		119.067	116.684
		241.629	229.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	16	30.977	28.777
Custo da operação	17	<u>(13.314)</u>	<u>(13.992)</u>
Lucro bruto		17.663	14.785
Despesas gerais e administrativas	18	(3.363)	(3.701)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(395)</u>	<u>(502)</u>
Lucro antes das receitas financeiras		13.905	10.582
Resultado financeiro	20	<u>(23.185)</u>	<u>(11.776)</u>
Receita financeira		20.839	13.914
Despesa financeira		(44.024)	(25.690)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>(9.280)</u>	<u>(1.194)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(1.337)	13.545
Prejuízo / Lucro líquido do exercício		<u><u>(10.617)</u></u>	<u><u>12.351</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo / Lucro Líquido do exercício	(10.617)	12.351
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(10.617)</u>	<u>12.351</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	170.886	(99.468)	71.418
Aumento de capital	32.915	-	-
Lucro líquido do exercício	-	12.351	45.266
Saldo em 31 de dezembro de 2017	203.801	(87.117)	116.684
Aumento de capital	13.000	-	13.000
Prejuízo do exercício	-	(10.617)	(10.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	216.801	(97.734)	119.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(9.280)	(1.194)
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	23.696	6.934
Depreciação e amortização	7.333	7.318
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	200	9
Provisão para contingências	151	3
Provisão para compensação ambiental	123	156
Outros	-	228
Atualização monetária	184	-
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(104)	96
Contas a receber - partes relacionadas	136	
Estoques	(52)	(10)
Impostos a recuperar	753	1.317
Adiantamentos a fornecedores	72	126
Outros ativos	82	(1.252)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	243	295
Tributos e contribuições sociais	(709)	1.544
Impostos pagos	(636)	(4.400)
Juros pagos	(5.918)	(5.137)
Taxas regulamentares	(180)	101
Outros passivos	165	61
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	16.259	6.195
Aquisição de imobilizado e intangível	(26.019)	(4.658)
Baixa de imobilizado e intangível	31	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(25.988)	(4.658)
Aumento de capital	13.000	32.915
Empréstimos pagos	(8.737)	(22.473)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	4.263	10.442
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(5.466)	11.979
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.258	4.278
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.792	16.258

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (“RPTE” ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em - 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 sala, nº 1501, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Minas Gerais e São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 2009, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote C. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 005/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500 KV, com origem na Subestação São Simão e término na Subestação Marimondo, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 216 km; e pela linha de transmissão 500 KV, com origem na Subestação Marimondo, no Estado de Minas Gerais e término na Subestação Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 196 km.
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação São Simão, 500 KV na Subestação Marimondo por reatores de barra, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$18.500 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 31.358 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 32.703 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2019.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2019.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo como CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Nota	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante	17.442	28.508	45.950	24.011	18.489	42.500
Caixa e equivalentes de caixa	10.792	-	10.792	16.258	-	16.258
Concessionárias e permissionárias	3.323	-	3.323	3.419	-	3.419
Contas a receber – partes relacionadas	1.163	-	1.163	1.300	-	1.300
Estoques	1.615	-	1.615	1.563	-	1.563
Adiantamentos a fornecedores	425	-	425	497	-	497
Impostos a recuperar	8	-	8	761	-	761
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	18.489	18.489
Ativo de concessão (contratual)	a	28.508	28.508	-	-	-
Outros ativos circulantes	116	-	116	213	-	213
Ativo não circulante	224.187	577	224.764	205.516	18.726	224.242
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	223.364	223.364
Ativo de concessão (contratual)	a	-	223.881	-	-	-
Outros ativos não circulantes	80	-	80	64	-	64
Imobilizado não vinculadas à concessão	602	-	602	711	-	711
Imobilizado	b	211.372	(211.199)	192.699	(192.627)	72
Intangível	b	12.133	(12.105)	12.042	(12.011)	31
	241.629	29.086	270.715	229.527	37.215	266.742

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	22.244	-	22.244	19.473	-	19.473
Fornecedores terceiros	402	-	402	164	-	164
Fornecedores partes relacionadas	316	-	316	311	-	311
Empréstimos com partes relacionadas	17.760	-	17.760	15.209	-	15.209
Tributos e contribuições sociais	790	-	790	798	-	798
Taxas regulamentares	1.261	-	1.261	1.441	-	1.441
Outros passivos circulantes	1.715	-	1.715	1.550	-	1.550
Passivo não circulante	100.318	214	100.533	93.370	(120)	93.250
Empréstimos com partes relacionadas	95.380	-	95.381	88.891	-	88.891
Outras provisões - compensação ambiental	1.878	-	1.878	1.755	-	1.755
Provisão para contingências	251	-	251	99	-	99
Tributos diferidos	-	214	214	-	(120)	(120)
Outros passivos não circulantes	2.809	-	2.809	2.625	-	2.625
Patrimônio líquido	119.067	28.871	147.938	116.684	37.335	154.019
Capital social	216.801	-	216.801	203.801	-	203.801
Prejuízo acumulado	(97.734)	28.871	(68.863)	(87.117)	37.335	(49.782)
	241.629	29.086	270.715	229.527	37.215	266.742

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	30.977	6.952	37.929	28.777	(11.898)	16.879
Custo da operação	e	(13.314)	(11.720)	(25.033)	(13.992)	3.604	(10.388)
Lucro bruto		17.663	(4.768)	12.896	14.785	(8.294)	6.491
Despesas gerais e administrativas		(3.363)	-	(3.363)	(3.701)	-	(3.701)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(395)	-	(395)	(502)	-	(502)
Lucro antes das receitas financeiras		13.905	(4.768)	9.137	10.582	(8.294)	2.288
Resultado financeiro		(23.185)	-	(23.185)	(11.776)	-	(11.776)
Receita financeira		20.839	-	20.839	13.914	-	13.914
Despesa financeira		(44.024)	-	(44.024)	(25.690)	-	(25.690)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		(9.280)	(4.768)	(14.047)	(1.194)	(8.294)	(9.488)
Imposto de renda e contribuição social	c	(1.337)	(335)	(1.672)	13.545	366	13.911
Lucro líquido do exercício		(10.617)	(5.103)	(15.719)	12.351	(7.928)	4.423

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	1	-
Bancos	677	345
Aplicações financeiras	10.114	15.913
	<u>10.792</u>	<u>16.258</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs, que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	3.079	2.957
Vencidas até 30 dias	10	1
Vencidas até 60 dias	2	1
Vencidas até 90 dias	4	1
Vencidas até 120 dias	5	5
Vencidas até 180 dias	10	10
Vencidas há mais de 180 dias	230	660
	<u>3.340</u>	<u>3.635</u>
(-) PCLD	<u>(17)</u>	<u>(216)</u>
	<u>3.323</u>	<u>3.419</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1º de janeiro	216	(207)
Complemento de provisão	<u>(233)</u>	<u>(9)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(17)</u>	<u>(216)</u>

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo imobilizado em serviço										
Transmissão	242.354	-	-	126	-	242.480	126	(67.137)	175.343	182.370
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.880	-	-	10	-	1.889	9	(624)	1.266	1.306
Máquinas e equipamentos	239.348	-	-	109	-	239.457	109	(65.524)	173.933	180.889
Veículos	1.078	-	-	-	-	1.078	-	(961)	117	153
Móveis e utensílios	48	-	-	7	-	55	7	(28)	27	23
Administração	189	-	-	119	-	308	119	(162)	146	66
Máquinas e equipamentos	188	-	-	12	-	200	12	(156)	44	65
Veículos	-	-	-	107	-	107	107	(6)	101	-
Móveis e utensílios	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
	242.543	-	-	245	-	242.788	245	(67.299)	175.489	182.437
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão	10.258	25.857	(28)	(231)	-	35.856	25.626	-	35.856	10.262
Máquinas e equipamentos	349	289	(14)	(70)	-	554	233	-	554	348
Outros	9.909	25.568	(14)	(161)	-	35.302	25.393	-	35.302	9.909
Administração	6	36	-	(14)	-	28	22	-	27	5
Máquinas e equipamentos	-	36	-	(14)	-	22	22	-	22	-
Outros	6	-	-	-	-	6	-	-	6	5
	10.264	25.893	(28)	(245)	-	35.884	25.648	-	35.883	10.262
Ativo imobilizado	252.807	25.893	(28)	-	-	278.672	25.893	(67.299)	211.372	192.699

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	2018				2017
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	6,56%	242.480	(67.137)	175.343	182.371
Administração	16,44%	308	(162)	146	66
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00	1.235	(633)	602	711
		244.023	(67.932)	176.091	183.148

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução 474 de 2012, por grupo de ativo imobilizado e intangível segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2018

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	47
Máquinas e equipamentos	289
Veículos	65
Desenvolvimento de Projetos	18.373
Adiantamentos a Fornecedores	7.083
	25.857

9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2018

Descrição do bem	Grupo	Valor
ACESS POINT DE ALTA PERFORMANCE LONGO ALCANCE,802.11AC W2, AP W/CA 4X4: 3 INT ANT 2XGBE Z DOMAIN	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5
CAMERA DIGITAL NIKON P900 16MP 3.0	EQUIPAMENTOS	3
ASFALTO E EQUIPAMENTOS - EXECUCAO DE OBRAS DE TERRAPLANAGEM,PAVIMENTACAO GARAGEM MONTADA TODA EM FERRO E ACO CARBONO - COM 14 METROS DE FRENTE, 12 METROS DE FUNDO E CONTENDO 05 METROS E 80 DE ALTURA CONTENDO TELHAS NAS LATERAIS E COBERTURA,INCLUSO FUNDACAO PARA FIXACAO DO PE DIREITO	EDIFICACAO EDIFICACAO	12 35
C1-CAT-ADD(1) - 0, C1FACAT29001K9(1) - 0.01, C1, C1-PI-LFAS- 2K3K-K9(1) - 0, C1-ISE-BASE-24P(1) - 0, C1F1VCAT29001-03(1) - 0, SERVICOS DE SUPORTE TECNICO DO FABRICANTE	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EQUIPAMENTOS	2
MONITOR LENOVO THINK VISION DE 27 HDMI	DE INFORMATICA MAQUINAS E	2
FLUKE 1577 MULTIMETRO COM TESTE DE ISOLACAO	EQUIPAMENTOS MAQUINAS E	3
ICMS DIFAL REF NF 000370 MEGATECH	EQUIPAMENTOS	
Administração		
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480(CORE I5-7300U, RAM 4GB,SSD 256GB,DELL WIFI 1820 COM BLUETOOTH,DISPLAY HD,BAT. 4CEL,OFFICE PRO 2016, WIN 10 PRO), KIT COMPOSTO POR TECLADO ALFANUMERICO E MOUSE WIRELESS DELL KM636 EAN CODE 5397063710782, CABO	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	6
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480(CORE I5-7300U, RAM 4GB,SSD 256GB,DELL WIFI 1820 COM BLUETOOTH,DISPLAY HD,BAT. 4CEL,OFFICE PRO 2016, WIN 10 PRO), KIT COMPOSTO POR TECLADO ALFANUMERICO E MOUSE WIRELESS DELL KM636 EAN CODE 5397063710782, CABO	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	6
I/VW AMAROK CD 4X4 SE,PROTETOR DA CACAMBA,DISPOSITIVO DE REBOQUE COM ACOPLAMENTO	VEICULO	107

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2018

Não houve baixa de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2018.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	12.095	-	-	-	-	12.095	-	(89)	12.006	12.011
Servidões	12.000	-	-	-	-	12.000	-	-	12.000	12.000
Softwares	95	-	-	-	-	95	-	(89)	6	11
Administração	58	-	-	10	-	68	10	(40)	28	31
Softwares	58	-	-	10	-	68	10	(40)	28	31
	12.153	-	-	10	-	12.163	10	(129)	12.035	12.042
Ativo intangível em curso										
Transmissão	-	109	-	(10)	-	99	99			
Softwares	-	109	-	(10)	-	99	99			
Administração	-	4	(4)	-	-	-	-			
Softwares	-	4	(4)	-	-	-	-			
	-	112	(4)	-	-	99	99			
Ativo Intangível	12.153	112	(4)	-	-	12.262	109			

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2018		2017	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço					
Transmissão	20,00%	12.095	(89)	12.006	12.011
Administração	20,00%	68	(40)	28	31
		12.163	(129)	12.034	12.042

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

10.3. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2018

Intangível - Administração		
LICENCA EQUIPMAINT	SOFTWARE	10

10.4. Principais baixas do intangível em 2018

Não houve baixa de ativo intangível no exercício.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos – Partes relacionadas

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2018	2017
State Grid International Development (SGID)	12/2014	09/2024	Semestral	20/06/19	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,85% a.a	113.140	104.099
									113.140	104.099
Circulante									17.760	15.209
Não circulante									95.380	88.891
									113.140	104.099

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD47.338, correspondente a R\$123.197, com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04/09/2024.

No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

No ano de 2018, devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal, que venceu em dezembro, efetuando apenas o pagamento dos juros devidos. Para evitar situações similares no futuro, a curva de amortização será revista em 2019.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros. E nem ativos em garantia:

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros)

	<u>Amortização</u>
2020	17.609
2021	17.609
2022	17.609
2023 - 2024	42.553
	<u>95.380</u>

12. Tributos e contribuições sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	147	191
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	99	149
Programa de Integração Social (PIS)	16	14
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	74	64
Outros	454	380
	<u>790</u>	<u>798</u>

13. Taxas regulamentares

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	12	12
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	227	1.204
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	1.022	225
	<u>1.261</u>	<u>1.441</u>

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 70.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 10.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cível	8	-
Trabalhista	-	99
Servidões	243	-
	<u>251</u>	<u>99</u>

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cível	253	-
Trabalhista	253	-
Fiscal	1.705	2.281
	<u>2.211</u>	<u>2.281</u>

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017, subscrito e integralizado era de R\$ 203.801, dividido em 203.800.617 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 10 de outubro de 2018, foram subscritas 13.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 13.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH.

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 216.801, dividido em 216.800.617 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2018 e 2017</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta	33.460	31.098
Receita rateio de antecipação	614	848
Receita de encargos de transmissão	31.806	31.243
Receita de novas obras RBNI	225	
Recuperação de PIS e COFINS	1.225	1.174
Parcela ajuste do ciclo anterior	(1.111)	(2.007)
Indisponibilidade de equipamentos	(139)	(160)
Descontos incidentes na TUST	840	
Deduções da receita operacional	(2.483)	(2.321)
PIS	(218)	(202)
COFINS	(1.008)	(933)
P&D	(310)	(293)
RGR	(828)	(777)
TFSEE	(119)	(116)
	30.977	28.777

17. Custo da operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(4.577)	(4.941)
Material	(220)	(322)
Serviços de terceiros	(718)	(799)
Depreciação e amortização	(7.158)	(7.154)
Arrendamentos e aluguéis	-	(43)
Seguros	-	(37)
Tributos	-	(10)
Gastos diversos (i)	(559)	(686)
Outros	(82)	-
	(13.314)	(13.992)

(i) Grupo de gastos diversos refere-se a atividades normais da Companhia de acordo com o plano de contas da ANEEL. Maiores impactos são os gastos de custo de compartilhamento de infraestrutura.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(2.035)	(1.914)
Administradores	(496)	(981)
Material	(21)	(12)
Serviços de terceiros	(530)	(381)
Arrendamentos e aluguéis	(75)	(85)
Provisões	63	(9)
Tributos	(18)	(3)
Depreciação e amortização	(52)	(42)
Outras	(199)	(274)
	<u>(3.363)</u>	<u>(3.701)</u>

19. Despesas com pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(2.835)	(3.105)
Encargos	(981)	(973)
Benefícios	(756)	(840)
Outros	(5)	(23)
	<u>(4.577)</u>	<u>(4.941)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(1.182)	(767)
Encargos	(578)	(497)
Benefícios	(206)	(250)
Outros	(69)	(400)
Administração	-	(981)
	<u>(2.035)</u>	<u>(2.895)</u>
	<u>(6.612)</u>	<u>(7.813)</u>

20. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita financeira	<u>20.839</u>	<u>13.914</u>
Receitas de aplicações financeiras	686	717
Variações cambiais ativas (nota explicativa 12)	19.908	12.846
Outras receitas financeiras	245	351
Despesa financeira	<u>(44.024)</u>	<u>(25.690)</u>
Variações cambiais passivas (nota explicativa 12)	(37.983)	(14.835)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 12)	(5.633)	(4.945)
Outras despesas financeiras	(408)	(5.910)
	<u>(23.185)</u>	<u>(11.776)</u>

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.792	16.258

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Contas a receber - partes relacionadas	22	1.163	1.300
Concessionárias e permissionárias	8	3.323	3.419

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Empréstimos - partes relacionadas	11	113.140	104.099
Fornecedores terceiros		402	158
Fornecedores partes relacionadas	22	316	317

21.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2018	-5%	5%
Empréstimos	113.140	(5.636)	5.777

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1 Ativo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber - partes relacionadas	1.163	1.300
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.163	1.285
Outros	-	15

22.2 Passivo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores /Empréstimos - partes relacionadas	113.456	104.416
Aluguel (ii)	7	6
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	309	307
Outros	-	4
Empréstimos com partes relacionadas (nota explicativa 12)	113.140	104.099

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22.3 Resultado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado - partes relacionadas	(2.896)	(3.136)
Despesa aluguel (ii)	(73)	(72)
Despesa com juros de empréstimos	(5.621)	(4.945)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	2.798	1.881

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH

23. Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	180	191
Seguro patrimonial	Risco operacional	33.353	33.353
Veículos	Carros	464	53
		<u>33.998</u>	<u>33.597</u>